

# **A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*<sup>1</sup>** ***Brazilian press in eighteen hundred and history of education: Hipólito da Costa and the “Correio Braziliense”***

Marcília Rosa Periotto\*

\* Doutora em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR).  
E-mail: mrperiotto@uem.br

## **Resumo**

É um estudo sobre a relação imprensa e educação. A imprensa brasileira dos oitocentos é vista como uma fonte profícua para o entendimento do processo educativo ao qual se submeteu a sociedade brasileira em meio à construção de uma dada ideia de Nação nos albores do século XIX. Hipólito da Costa e o jornal *Correio Braziliense* são, então, objetos de estudo, no qual o objetivo é analisar o debate travado em nome da aplicação das ideias liberais em oposição ao absolutismo, cujo resultado consistiu na formação dos brasileiros e contribuiu para levá-los ao movimento da independência, na medida em que contribuiu com ideias necessárias ao enfrentamento político contra a metrópole portuguesa.

## **Palavras-chave**

Imprensa-Educação. Hipólito da Costa-Correio Braziliense. Século XIX.

## **Abstrat**

It is a study on the relationship the press and education. The Brazilian press of the eighteen century is seen as a fruitful source for understanding the educational process to which Brazilian society was submitted through the construction of a given idea of nation at the dawn of the nineteenth century. Hipólito da Costa and the newspaper “Correio Braziliense” are then objects of study, in which the goal is to analyze the debate made on behalf of the application of liberal ideas in opposition to absolutism, whose result was the formation of the Brazilian, and helped lead them to the movement of independence, in that it contributed to the necessary ideas for the political confrontation against the Portuguese metropolis.

## **Key words:**

Press, Education. Hipólito da Costa-“Correio Braziliense”. nineteenth century.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte do Relatório Final de pesquisa pós-doutora, realizada entre 2007 a 2009, na FaE/UFMG. Foram apresentados em eventos e revistas da área temas correlatos ao texto.

## Introdução

A pesquisa educacional na atualidade dedica à imprensa brasileira dos anos oitocentos uma atenção especial na eleição de novas temáticas e objetos, tornando-a uma fonte vigorosa para estudos historiográficos sobre o caráter educativo implícito na construção de uma ideia de nação e de uma sociedade substituta das relações coloniais. Na aurora do século XIX, o entendimento sobre o significado de nação passou a ser um requisito da burguesia na busca pela consolidação dos Estados Nacionais. Ana Rosa Clozel da Silva anota que, no debate sobre a nação, nos domínios da teoria:

[...] a grande questão debatida pelos estadistas e intelectuais dos diversos países europeus e americanos, que se consolidava como Estados independentes, versava sobre os possíveis significados do termo Nação, bem como sobre a definição de critérios que possibilitassem classificar uma dada região como tal. (SILVA, 1999, p. 66).

Os jornais e revistas do período foram parceiros dessa construção e, ao mesmo tempo, difusores de ideias subsumidas aos negócios dos distintos grupos políticos aproximados ao poder central e de intelectuais voltados à veiculação dos conhecimentos úteis ao desenvolvimento social e econômico.

Essa renovação nos estudos históricos, em especial a história da educação, na opinião de Faria Filho, é *intensa*:

Já há muitos anos, diz-se que a pesquisa em história da educação passa

por uma intensa renovação. Mesmo considerando a enorme fascinação do campo pedagógico pelo novo, logo produzido como positivo, no caso da história da educação, ao que tudo indica, a renovação tem significado um enriquecimento das abordagens teórico-metodológicas, uma ampliação das fontes, a diversificação dos objetos e a elaboração de perguntas inimagináveis há algumas décadas. No seu conjunto, tais procedimentos têm redimensionado o nosso campo de estudos. (FARIA FILHO, 2006, p. 7).

Novas fontes, novos objetos, novas interpretações surgem e se mantêm como possibilidades de leituras inéditas sobre os acontecimentos históricos brasileiros, e também permitem releituras metodológicas que propõem abordagens dissonantes às que predominam na área. Assim, se não importam os resultados, é a história da educação quem ganha ao ter revelado seu processo constitutivo, observado desde as primeiras manifestações formais da educação até o conteúdo educativo necessário para constituir-se num corpo unificado de propósitos, marcado com intensidade nos periódicos do século XIX.

A historiografia, portanto, passa por um período profícuo com a disposição ampliada dos pesquisadores em vasculhar arquivos que possam alojar fontes então desconhecidas ou resgatar aquelas que já foram identificadas, mas ainda não submetidas à análise. Embora se saiba que as condições de guarda nos arquivos e bibliotecas brasileiras são ainda inadequadas, na medida em que escasseiam recursos, aliados à ausência de uma cultura

de preservação, há ainda muito acervo documental à espera de serem descobertos e expostos à luz do dia. Esse material aguarda constituírem-se em auxiliares das pesquisas que se debruçam sobre o processo de construção da sociedade brasileira nas mais diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

Igual constatação se observa em José Marques de Melo (2005), coordenador de uma coleção “que pretende mostrar a imprensa brasileira e os personagens que nela fizeram história”, refere-se ao incêndio que “destruiu preciosos originais depositados nos prelos da Imprensa Nacional:

Esse episódio sinaliza a maldição que se projetaria sobre a memória da nossa imprensa, penalizada pela incúria institucional e desprezada pelas nossas vanguardas intelectuais. Esse descaso em relação à memória da imprensa traduz em certo sentido a atitude pátria referente à própria memória nacional, principalmente no âmbito da cultura não erudita, condenando ao esquecimento as instituições, os fatos e os personagens que também fizeram História. (MELO, 2005, p. 1).

Em oposição ao desmazelo no trato da memória documental brasileira, o quadro hoje se apresenta promissor com o surgimento de um debate sobre a conservação da memória brasileira, e pela adoção de políticas que ensejam esse guardo em condições compatíveis aos grandes arquivos e bibliotecas estrangeiras. Além disso, aumentam os estudos, interpretativos ou não, sobre a imprensa brasileira desde que a *Gazeta* e o *Correio*

surgiram no ano de 1808, um inaugurando a liberação da imprensa no Brasil, o outro na defesa de maior liberdade de expressão para essa mesma imprensa como meio de propagação das ideias liberais.

Após anos de esquecimento e em condições impróprias à preservação, os jornais foram alçados à categoria de fontes históricas. Essa assunção ao quadro dos interesses dos pesquisadores referenda a renovação temática na pesquisa e emerge do esforço realizado em prol do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, visando formar recursos humanos para as mais diversas áreas do conhecimento, e nas quais se inclui a educação e a história da educação.

Quanto ao significado de fonte, é oportuno explicitar que as fontes, por si só, não representam a História. Dermeval Saviani (2006, p. 5-6) afirma que as fontes são apenas documentos que registram o movimento da história de inúmeras maneiras, entre as quais, a título de exemplo, podem-se citar os achados arqueológicos, as vestimentas, as construções e estilos arquitetônicos, o mobiliário, os pergaminhos etc., etc., até os jornais e revistas dos tempos da prensa e dos tipos inaugurados por Gutenberg. As fontes, então,

[...] constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos his-

tóricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, p. 5-6).

A afirmação de Dermeval Saviani explicita o papel das fontes no âmbito da produção historiográfica e não retira delas a aptidão de expressar os fatos históricos. Entretanto não lhe imputa outra coisa senão a condição de ser o registro documental desses fatos e nunca a ação histórica em si, a que transforma, muda ou reforma os homens no interior das suas relações sociais.

A princípio, tudo que existe preservado, seja em boas condições físicas e materiais, ou não, tendemos a ver como fonte. Entretanto aquilo que prontamente é definido por fonte somente ganha essa condição quando se a coloca em movimento. É o pesquisador que diz ser “fonte” aquele documento penosamente garimpado nos arquivos, geralmente tomados pelo mofo, exatamente porque ele se achega da fonte já determinado a cumprir as exigências que o objeto reclama e certamente secundado por um dado eixo metodológico definido *a priori*.

Ao largo desse entendimento, sobressai a compreensão de que as fontes não têm “dono”. A partir do momento em que são submetidas à reflexão, oferecem uma resposta que se torna também objeto de estudo, referência de uma discussão do pesquisador com a história, em que novos dados foram obtidos bem como novas respostas. Isto significa dizer que democraticamente as fontes devem se

tornar passíveis das mais variadas interpretações, vasculhadas naqueles elementos emaranhados no que se denomina a “sua verdade”. Tirá-las do alcance de qualquer outro pesquisador, em outras palavras, representa obstar a marcha da historiografia, que busca refletir o passado para entender o presente que a vida humana comporta.

Dessa forma, e entre outros a critério do pesquisador, os jornais e revistas do século XIX poderão ser compreendidos. Quanto à educação, pouco se anuncia claramente sobre o debate realizado em seu nome, entretanto denota-se um caráter educativo intrínseco aos discursos realizados, preenchidos de conteúdos objetivamente ordenados para difundir ideias e arregimentar adeptos às causas defendidas.

Gilberto Freyre, quando realizou estudos sobre a imprensa, foi um dos primeiros a alertar sobre a necessidade de se realizarem estudos sobre os jornais do século XIX. Celina Murasse afirma que:

Fazer uso de periódicos como fonte de pesquisa é uma abordagem inaugurada por Gilberto Freyre (1900-1987). Ele foi o primeiro a tratar cientificamente o conteúdo dos jornais. Essa metodologia de pesquisa “iria revolucionar por completo os processos da nossa historiografia social”. Essa técnica destaca Freyre (1979, p. LXI), “não foi nova apenas para os estudos sociais no Brasil, mas para os estudos sociais em geral: em qualquer país”. Em 1934 o autor proferiu uma conferência na qual apresentou, pela primeira vez, os resultados das investigações iniciadas em 1932, a partir

de anúncios veiculados em jornais brasileiros do século XIX. Em 1935 tornou público o ensaio “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império”. (MURASSE, 2006, p. 2).

Essas fontes, guardiãs do movimento histórico, permitem reconstituir os fatos históricos expressivos do processo contraditório das relações sociais, as quais estão perfeitamente inoculadas no fazer de quem redigia as notícias, emitia opiniões ou dos colaboradores que provavelmente aprontavam, com presteza e sob encomenda, o discurso do grupo político a quem serviam. Na visão de Olinda Noronha,

[...] a investigação histórica tem de, ao abordar as fontes documentais, ter em conta que elas expressam a síntese de uma multiplicidade de determinações históricas. Expressam as contradições e os conflitos de interlocutores aliados e adversários. Deste modo, o diálogo com um documento histórico deve refletir uma posição de leitura que o toma como síntese consensual do passado. E não como a simples soma das vontades e intervenções. (NORONHA, 1998, p. 33).

A utilização de jornais e revistas do século XIX como fonte historiográfica, se ainda é recente, já deu sinais evidentes de produção de bons frutos, crescendo em número e qualidade os estudos sobre a imprensa periódica que trata de temas gerais, nos quais se incluem o debate político, econômico e social. Não se deve esquecer, também, das manifestações culturais representativas do cotidiano de um povo, eivadas de caráter educativo na

medida em que se instituíam em cartilhas pedagógicas, e nelas se encontrava, possivelmente, o único acesso de muitos a um saber restrito aos letrados.

Os jornais comportavam uma natureza peculiar em relação aos interesses que previam ser incorporados pelos leitores: ou eram noticiosos ou doutrinários. Na visão de Marcos Bahé e Pierre Lucena (2008), essa distinção será tomada pela historiografia de maneira rigorosa. Ambos alertam para o fato de que um jornal podia ser noticioso e doutrinário ao mesmo tempo, como se observa amiúde nas páginas do *Correio Braziliense*:

A historiografia que lida com a imprensa no Brasil nesse período, tanto no que concerne à forma quanto ao conteúdo dos periódicos, costuma dividir a imprensa nascente em dois tipos: a doutrinária e a noticiosa. O noticioso se distinguiria do doutrinário pelas notícias oficiais – geralmente, logo nas primeiras páginas. Algumas vezes com cartas oficiais, decretos Reais, estrangeiros ou locais. Contudo, no mais das vezes, as notícias eram de cunho administrativo. Por sua vez, os periódicos de caráter doutrinário (embora as notícias oficiais e os acontecimentos também povoassem suas páginas) obedeciam a outra ordem. Não traziam apenas notícias, mas, sobretudo, artigos e cartas, não como ‘descrições imparciais da realidade’, mas, antes, como argumento a ser provado. Mas, as notícias também estavam presentes. No cotidiano desses dois periódicos, o doutrinário e o noticioso estavam imbricados de tal maneira que dificilmente

poderíamos usar essas distinções como classificações binárias, do tipo: *Correio Braziliense* – doutrinário; *Gazeta do Rio* - noticioso. Como vimos, é problemático usar essa distinção para classificar os periódicos desse período. É preciso olhar com cautela o caráter noticioso e o caráter doutrinário, pensar de forma atenta os significados destes termos naqueles tempos. (BAHÉ; LUCENA, 2008).

Ao serem doutrinários e divulgarem ideias – liberais ou não –, os jornais também concorreram, dentro de suas particularidades e limites, para reproduzi-las num ambiente em que o calor da hora definia a ousadia dos conteúdos e os tornava maiores aos olhos do público na disputa com os jornais concorrentes.

Esse caráter político marcaria em grande medida a imprensa do século XIX no Brasil, a ponto de tornar-se o veículo principal da difusão do pensamento liberal, ao permitir que seu influxo conduzisse os movimentos políticos sociais que a natividade colonial insurgia contra os portugueses. A Revolução de 17, do padre Roma, inspirou-se naquela fonte numa antecipação do desiderato entre colônia e metrópole, tornando evidente um quadro de insatisfação surda contra os desígnios políticos enfrentados pelos coloniais. Argumenta Luciano da Silva Moreira, num estudo sobre as tipografias mineiras que:

Existe entre os estudiosos o consenso de que o impresso foi um dos principais ingredientes das culturas políticas e elemento em torno do qual foram tecidos conceitos e idéias,

tornando-se verdadeira pedra fundamental para o desenvolvimento dos espaços públicos do século XIX. Ademais, por meio da imprensa, diversas personagens encontraram o espaço privilegiado para expressão de suas vozes [...]. (MOREIRA, 2008, p. 26).

O uso dos jornais e revistas do século XIX como fontes que possibilitam o entendimento das práticas sociais do passado tem um significado relevante para a história: se neles se encontra o registro dos embates de uma época é possível que também ali estejam inscritas as respostas que essas mesmas épocas deram às suas pendências e necessidades, como postulam Denice Catani e Maria Helena Câmara Bastos (1997):

A imprensa é um *corpus* documental de vastas dimensões, pois se constitui em um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional. É um excelente *observatório*, uma *fotografia* da ideologia que preside. Nessa perspectiva, é um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. (CATANI; BASTOS, 1997, p. 32).

Voltar-se à reconstituição das batalhas cotidianas, enfrentadas pelos homens quando do seu processo de construção de condições objetivas de vida, é tarefa que encontra, nos periódicos do século XIX, um

repositório de incalculável riqueza histórica. Sem eles, certamente, as transformações das relações sociais no Brasil não seriam apreendidas em minudências, impedindo alçar as coisas mais mezinhas ao quadro de construção da história nacional como fatos e situações às vezes decisivas ao desenrolar do processo histórico.

Desse modo, aprofundar estudos sobre a imprensa brasileira do século XIX e dos escritos que exerceram influência nos leitores da época resulta em análises que expõem as concepções de sociedade imersas nos diversos projetos pensados pela elite política e econômica. A viabilização desses projetos configurava um desenho de nação no qual os interesses dos estratos superiores eram praticamente as únicas demandas a serem cumpridas, em detrimento das necessidades da população pobre e livre.

### **A imprensa e a difusão dos conhecimentos úteis**

A imprensa no Brasil surge a partir da liberação ordenada por D. João em 1808, com a fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, motivada pela necessidade de publicação dos decretos reais e matérias de interesse da Coroa. Logo surgiram vários jornais, entre eles *Idade d'Ouro do Brasil*, na Bahia e *O Patriota* (1813-1814), no Rio de Janeiro, e alguns jornais de oposição, defensores das ideias liberais e inimigos da aristocracia.

A vinculação da imprensa com a educação pode ser observada na fala de Bernardo Pereira de Vasconcellos, redigida

na *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, de 30 de dezembro de 1827:

Um dos mais profícuos meios de disseminar a instrução pelos membros de uma sociedade é a liberdade de imprensa; a experiência das nações cultas demonstra com evidência esta verdade. Como poderia uma Nação chegar ao conhecimento do bom ou do mau procedimento de seus servidores, se não houvesse liberdade de o publicar pela imprensa. As informações raras vezes são exatas quando os informantes não temem a pública censura. E como se obteria o conhecimento dos fatos de que se pede informação, se a imprensa não os publicasse? Demais é pela imprensa que se propagam os conhecimentos úteis. (VASCONCELLOS, 1978, p. 180).

A imprensa, na condição de fonte histórica, resulta em estudos apropriados à historiografia educacional na medida em que algumas formas de análise são pertinentes ao desvelar dos processos educativos no século XIX. Entre as diversas temáticas que emergem do estudo da imprensa, ressaltam as diretamente vinculadas à educação, ou seja, anúncios sobre escolas, indivíduos que ofereciam seus préstimos para o ensino de línguas estrangeiras, gramática, álgebra, os decretos governamentais destinados ao ensino, a importância e necessidade de oferecer instrução aos brasileiros etc.

A segunda forma não despreza nenhum dos aspectos acima citados, incorpora-os no sentido de revelar as relações

históricas neles expressas. Trata-se, aqui, da análise histórica, eixo teórico-metodológico que visa vincular as manifestações sociais ao movimento da história. Assim, o posicionamento ideológico imprimido aos artigos de jornais, os debates pró e contra a incorporação de práticas progressistas, a luta político-partidária, a literatura, a crítica expõem o esforço da sociedade da época em dar seguimento ao predomínio das nações mais desenvolvidas.

Nesse eixo, portanto, o que importa é o caráter educativo assumido pela imprensa brasileira no século XIX na condição de disseminadora privilegiada de um saber ainda incógnito aos brasileiros. Entendê-la parceira desse processo formativo não soa inapropriado, já que afigurava como um meio de instruí-los sobre as transformações sociais e informá-los a respeito das técnicas de produção de mercadorias, feitas ao nível de larga escala, e que deixavam ricas as nações desenvolvidas.

Ao difundir as opiniões da época, que demoravam a chegar em razão de reiteradas proibições portuguesas quanto à difusão e circulação do novo pensamento, a imprensa apresentava-se como um elo entre a política e o poder, isto é, “com os meios de preservação das relações políticas e sociais, que consolidam a dependência do homem livre pobre da capital, não proprietário de terras e escravos, à tutela dos senhores da grande propriedade territorial”, como afirma Isabel Marson (1974, p. 4).

A imprensa foi um dos instrumentos dos mais audazes no rompimento entre metrópole e colônia. Difundiu ideias, sustentou argumentos, insuflou espíritos,

aguçou as animosidades, e foi intérprete de uma situação insustentável para a velha aristocracia, cumprindo com pertinácia a tarefa histórica de minar o anacrônico absolutismo português, numa ação que Luciano Mendes Faria Filho, Carla Simone Chamon e Walquiria Miranda Rosa (2006, p. 15) denominaram de “agente cultural, mobilizador de opiniões e propagador de ideais”.

Vê-se, então, que a assunção da imprensa à condição de fonte documental para a pesquisa histórica é fato já consagrado na área educacional. Observa-se a proliferação acentuada de estudos que buscam relacionar a atuação e conteúdos de jornais, folhas, revistas e periódicos com o processo educativo. A relevância da imprensa para os estudos históricos teve início com a Escola dos Annales que, segundo Peter Burke (1997, p. 126), expandiu “o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história...”, entre eles o da história da educação. A partir daí, os pesquisadores do campo têm ampliado suas inserções sobre os impressos de modo a obterem informações, ou ainda, veios explicativos para as práticas políticas, sociais, culturais etc, não somente relatados pela imprensa como, às vezes, estimulados por ela.

A imprensa, de modo geral, constituiu-se num corpo de capital valor para a análise do processo constitutivo das relações educacionais no Brasil, além de adentrar no terreno mesmo da realização da história nacional. Como fonte histórica, a imprensa tem sido capaz de revelar processos educativos, tomados na sua acepção mais geral,



os quais a chamada história oficial, em razão das suas limitações interpretativas, não conseguiu vislumbrar como fundamentais aos movimentos históricos pelos quais passou a sociedade brasileira.

As circunstâncias históricas nas quais se encontrava o Brasil nos oitocentos era um impedimento descomunal no enfrentamento das forças do passado. A imprensa, notadamente a de oposição, supriu, em certa medida, a ausência de um ambiente educativo e cultural propenso à difusão das ideias e contribuiu, de forma significativa, na formação da elite contrária aos rumos imprimidos pelos portugueses aos negócios coloniais. Nos debates realizados no Congresso Português em 1822, na Comissão dos Negócios Sobre o Brasil, instalada no Congresso Português, acentuou-se a disposição de retornar o Brasil ao estado colonial:

Antonio Carlos e Zeferino dos Santos desvendaram os verdadeiros intuitos da Comissão: “Os brasileiros têm os precisos conhecimentos dos seus verdadeiros interesses, estão muito adiantados em civilização, para serem tratados como selvagens”, disse Antonio Carlos. “Eles vêem”, prosseguiu, “e todo o mundo vê, a tendência oculta desta medida. Portugal viria a ser o depósito único das produções do Brasil, a ele só concorreriam os estrangeiros a fornecerem-se destes produtos, e no mercado brasileiro desde então deserto de qualquer outra competência, ditariam leis os negociantes portugueses e os seus agentes, e deste modo restabelecer-se-ia indiretamente o odioso comércio exclusivo colonial. (RODRIGUES, 1975, p. 125).

A reação desencadeada pelos dois deputados na corte portuguesa, abalizada nos interesses brasileiros e representativa da posição política de parte da elite, demonstra o quanto a esta importava a existência de um meio propagador do pensamento capaz de dar unidade à luta contra a permanência portuguesa na vida brasileira. A imprensa, difusora daqueles ideais de liberdade que haviam movido os homens nos séculos anteriores e ainda os atormentava, circulou então com respeitável liberdade no Brasil após o retorno de D. João a Portugal, não dando tréguas ao governo nem àqueles que o apoiavam, opondo-se às tentativas de retornar o Brasil à condição colonial.

Nesse momento se produziu uma imprensa educativa, forjada naquelas matérias que sustentariam a opinião dos brasileiros contra os dissabores da administração portuguesa, reformando a opinião de Hipólito da Costa, jornalista editor do *Correio Braziliense* (1808-1822), sobre a incapacidade dos brasileiros em se fazer e ser governo, admitindo que os brasileiros estivessem preparados para o advento da independência. Essa nova posição, sinal dos tempos e filha das circunstâncias históricas que se teciam em nome da separação, ressalta o caráter educativo que a imprensa, não só a de Hipólito, cumpriu naquele processo, tornando-se uma das fontes mais propícias ao movimento político da elite contra o governo português.

A leitura que se faz sobre a instalação da imprensa e de seu desenvolvimento no Brasil no decorrer do século

XIX, período de construção primeiramente de um sentido de nação, depois de luta para consolidá-lo, passa necessariamente pelo crivo da educação, mas um tipo de educação que não se confunde apenas com a formalizada nos recintos escolares, mas disseminadora das questões que a sociedade burguesa necessitava impor ou destruir, abrindo vias para predicarem as sociedades locais, por instâncias que consentissem usufruir de condições progressistas, as quais seriam o sustentáculo na dominação das relações capitalistas.

Nesse contexto, a imprensa e a educação estiveram entrelaçadas, servindo a primeira de veículo para as propostas políticas emergentes dos grupos que disputavam o poder, e a segunda, para conformar uma visão social própria aos interesses da elite, peculiar às circunstâncias históricas no Brasil, mas não menos expressiva das relações dominantes de então. Esse enlace explica, em parte, o poder doutrinário da imprensa brasileira nos oitocentos.

### **O *Correio Braziliense* e a educação**

A análise sobre Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*, embasada na observação dos condicionantes históricos mundiais, reafirma a crescente aliança entre imprensa do século XIX e história da educação, cujas pesquisas vêm se tornando corriqueira no campo, como já se demonstrou no texto acima.

A relação entre a educação e o jornal que difunde ideias, conquista adeptos às causas defendidas, que instrui para a luta política nascida da emergência da

sociedade recém-vitoriosa pós-1789, e que amplia os horizontes culturais, permite que se trace um panorama do período de atuação de certos jornais, mas não somente isso. Os registros feitos sobre as condições da época, as opiniões elaboradas para atrair aliados, o pensamento que se queria impregnado e difundido em nome de certos interesses representam o papel educativo que cerca a imprensa dos tempos idos. Esse caráter confere à imprensa do século XIX a condição de “educadora”, na medida em que realizou a expansão de ideias e saberes que os centros escolares só fariam anos depois.

Para Sérgio Góes de Paula, no estudo realizado sobre Hipólito e o *Correio*, somente na observação do contexto histórico no qual estavam inseridos é possível conferir as “qualidades do editor” e as “características das facções com que ele se alia”:

Tais atributos só podem ser entendidos se considerarmos os significados de nossa “breve época das luzes”, em que os intelectuais deixaram de ambicionar o estatuto de artistas, voltaram-se para a aplicação prática das idéias e tomaram como missão esclarecer a sociedade. (PAULA, 2001, p. 25).

Em 1º de junho de 1808, Hipólito da Costa inaugurava em Londres o *Correio Braziliense*, jornal que fazia oposição sistemática ao regime absolutista até a independência política em 1822. A monarquia portuguesa, secundada pela aristocracia, administrava a colônia sem conceder aos brasileiros nem liberdade, nem parceria na

condução das atividades mercantis, numa política de salvaguardar os interesses lusitanos, já abalados seriamente na Metrópole posteriormente aos desdobramentos do embargo napoleônico e da assinatura do Tratado de 1810 com os ingleses.

A atuação político-educativa do jornal foi de 14 anos, tempo suficiente para marcar o processo separatista com conteúdos liberais. Escrito e editado em Londres, proibido e contrabandeado ao Brasil, o *Correio* expressou a emergência de um novo tempo trazido pela consolidação definitiva da sociedade burguesa com a Revolução Francesa. Conforme José Tengarrinha,

O aparecimento de jornais escritos em português no estrangeiro em considerável número e com grande vitalidade nos anos que antecederam a Revolução Liberal de 1820 foi um fenômeno inteiramente novo na história da imprensa lusa. (TENGARRINHA, 1965, p. 219).

A escolha da capital inglesa como base do jornalismo de contestação ao governo português e também de refutação ao mesmo jornalismo, para Tengarrinha, deuse em razão de Londres ostentar o signo de “vértice decisivo na relação triangular com Lisboa e Rio de Janeiro”:

Londres era, ainda, o centro dos negócios do mundo, além dos de Portugal, garantindo mais facilidades de comunicação com o Brasil do que através de Lisboa. Aí chegavam de todo o mundo as mais rápidas e abundantes informações. Além de que o envio dos jornais para Portugal

e Brasil fazia-se mais seguramente através dos navios ingleses que não eram vistoriados pelas autoridades portuguesas. (TENGARRINHA, 1965, p. 222-3).

A Inglaterra, na primeira década dos oitocentos, não só se tornara local de acolhimento dos exilados portugueses, Hipólito da Costa, principalmente, mas também espaço onde a oposição aos governantes portugueses se organizou na forma de jornais e periódicos políticos, atuando com críticas profundas à incapacidade da nobreza no exercício do poder e nas decisões inapropriadas aos interesses do reino.

Desse modo, muito mais que ao Rei, as admoestações da imprensa de oposição visavam atingir à aristocracia e aos conselheiros reais, cujas opiniões baseavam-se no velho regime, na compreensão da economia política versada no mercantilismo e completamente alheia ao estágio de desenvolvimento material da sociedade de então e das ordenações que esta produzia.

Recorrendo mais uma vez a Tengarrinha (1965, p. 226), sabe-se que a imprensa portuguesa, no período de ocupação francesa, desfrutou de condições excepcionais de existência garantidas pelo próprio governo português, isto numa situação oposta ao que existia anteriormente a Napoleão, embora na primeira ocupação, Junot, general francês que ficou com o mando do poder em Portugal, exercesse “intensa vigilância”. De coibida, controlada, foi estimulada ao ponto de, em 1809, circular livremente 24 jornais recém-fundados e assim existir até a derrota dos franceses em 1810.

Entretanto, a partir desse período, a imprensa retornou ao domínio da censura, uma resposta às insistentes críticas ao rei, que se recusava a sair do Brasil e retornar a Portugal, e ao estado nevrálgico da economia portuguesa, causado, entre outros fatores, por uma classe dirigente velha diante dos novos tempos. Assim, os que foram proibidos de publicar em Portugal se dirigiram a Londres e lá continuaram a praticar o jornalismo de crítica política:

Nada mais restava aos jornalistas liberais que se haviam empenhado no debate político durante cerca de dois anos do que retomá-lo no estrangeiro, em condições de maior liberdade que lhes permitiam sair em defesa aberta de uma nova ordem constitucional e criticar duramente a degradante situação nacional. E, desta maneira, não só procurar influenciar os meios políticos e diplomáticos estrangeiros, mas também ter algum peso nos centros de decisão de Portugal e Brasil, bem como espalhar as idéias liberais em círculos politizados. (TENGARRINHA, 1965, p. 227).

O *Correio Braziliense* nasceu sob condições diferenciadas aos demais jornais portugueses. Hipólito da Costa encontrou, na Inglaterra, a segurança perfeita- era protegido do Duque de Sussex, filho do rei George- para intentar a fundação de um órgão de imprensa meticulosamente preparado para a difusão de ideias e de propostas a qual visava ao desenvolvimento social do Brasil e, em extensão, ao de Portugal porquanto era um defensor da unidade dos reinos, porém com a sede

do governo definitivamente instalada no Rio de Janeiro.

No entanto a entrada do jornal no Brasil foi seguida de ressalvas que vieram na forma de decreto alvitado pelo outrora amigo de Hipólito, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, um prestigioso ministro do Rei, que proibia a sua livre circulação. Medida inócua, já que entre os letrados e elite o *Correio*, contrabandeado, era leitura obrigatória, com subscrição, inclusive, de Francisco Oliveira, o Chalaça, secretário e amigo dileto de Pedro I e mal querido pelos áulicos de plantão.

Fernanda Cinque (2007) afirma que a burguesia via na imprensa um seu aliado, por publicar dados relativos aos preços dos produtos, do volume da produção, sobre as novas mercadorias, mas que a penetração propriamente dita das ideias inovadoras nos territórios do Ultramar encontrava obstáculos nos governos absolutos e que, por se fixarem ainda nas práticas mercantilistas, desenvolveram verdadeira aversão à aproximação dos povos ao ideário libertador que conduzia as nações progressistas ao desenvolvimento material:

A penetração das idéias liberais encontrou obstáculos em países que não haviam acompanhado de perto as conquistas burguesas da Inglaterra, França e Holanda. Nesse processo, a ação da imprensa teve relevância porque serviu como instrumento na divulgação do pensamento liberal, o que lhe rendeu ferrenha perseguição dos governos absolutistas que, juntamente com o poder clerical,

combatiam as idéias mais avançadas, destruindo as prensas, confiscando os tipos e aprisionando os responsáveis. No território francês, por exemplo, o clero detinha o poder da palavra e censurava todos os escritos que considerava ameaçadores ao poder e dominação que exercia. (CINQUE, 2007, p. 2).

Embora tardiamente, as ideias libertadoras se difundiam, e “quem quisesse, no Brasil, publicar alguma coisa, percorria um longo caminho. Todo o original devia ser inicialmente enviado ao ministro dos Estrangeiros e da Guerra. Dali ia ser examinado pelo Desembargo do Paço e pela mesa Censória” (LUSTOSA, 2000, p. 106). A providência de 14 de outubro de 1808 exigia que tudo a ser publicado passasse antes pela Junta Diretora, fato que sugere a Martins que “a introdução de uma imprensa oficial no Brasil não correspondeu à implantação automática da liberdade de pensamento (pode-se mesmo, presumir facilmente que, de certa forma, ela serviria para cerceá-la)” (MARTINS, 1978, p. 309).

Se a inauguração da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, voltada à publicação dos atos oficiais abriu caminho para outros órgãos da imprensa, o fato é que a partir dela surgiram outros jornais, periódicos e gazetas, muitos com o propósito de atingir o governo monárquico e denunciar os privilégios exclusivos dos portugueses e tornando a circulação do pensamento liberal fato corriqueiro nos maiores centros urbano de então.

O nascimento do *Correio* orientou-se pelas exigências dos novos tempos, em

alguns momentos revolucionários como o foram na América Espanhola, mas todos exclusivamente relacionados ao avançar da sociedade burguesa nas colônias ultramarinas, e nas quais se esperava afirmar práticas políticas e econômicas mais avançadas ao grau de desenvolvimento material obtido por algumas nações europeias.

O caminho que levou os brasileiros a conquistarem a independência não foi curto nem fácil. Enormes obstáculos se interpunham a uma ação mais concatenada por parte dos insatisfeitos com o governo, entre eles a exiguidade do debate, em razão da pobreza das ideias, embora elas já circulassem, sem que tivessem, no entanto, ampla competência, além do temor de conflitos prejudiciais aos envolvidos. Em suma, sabia-se da necessidade de preparar os brasileiros e também portugueses descontentes com aquele estado de coisas a um enfrentamento político mais consequente, definido por propósitos plausíveis e expressivos de uma camada avolumada de indivíduos.

Hipólito da Costa não esteve alheio àquele jogo de forças. Vítima da opressão portuguesa e da intolerância religiosa – na qual a Igreja se movia pelo receio de difusão e consolidação do pensamento liberal que lhe eram tão desfavoráveis –, inaugurou seu jornal já decidido qual o caminho tomaria naquele embate entre o velho e o novo mundo, quais os princípios seriam seguidos a fim de conduzir seu intento com sucesso e, principalmente, como organizaria sua obra a fim de cumprir a tarefa que escolheu enquanto militante das forças avançadas.

Desta feita, o *Correio* não foi tão somente um jornal político, mas também um corpo teórico, informativo, admiravelmente preparado para fazer política educativa quando reproduzia as novidades científicas da época, ou se reportava aos acontecimentos de outros países, sejam políticos, econômicos ou de natureza diversa, para os quais se esperava ressonância entre os leitores no Brasil. Para Sérgio Góes de Paula (2001):

Na maior parte da existência do jornal, de 1808 a 1820, o ritmo dos acontecimentos políticos favoreceu sua vocação pedagógica. É quando se dá ao luxo de passar cinco anos traduzindo e publicando, capítulo a capítulo, a obra de Sismondi...; é quando apresentam consistentemente, mês após mês, ano após ano, as taxas cambiais, as cotações do tabaco, do açúcar e dos principais produtos de exportação brasileiros; é quando se dedica, sem a pressão do imediato, à tarefa de instruir, iluminar e formar brasileiros e brasilienses. (PAULA, 2001, p. 28).

Educar sempre foi uma das suas preocupações. Se assim não fosse, como adentrar em mentes despreparadas e desconhecedoras do pensamento expressivo das nações materialmente desenvolvidas e as quais se queriam igualar? Assim, ao definir, já no texto inaugural, que sua “meta era a da esperança” Hipólito, “um ilustrado pragmático”, no dizer de Paula (2001, p. 15), admitia sua crença na capacidade da palavra, muito próximo do sentido atribuído por Chacon (1984, p. 13) de que “A palavra tanto determina, quanto se vê influenciada pela ação”, e transformou-a em arma contra

um sistema de governo que não aceitava incorporar os avanços sociais da burguesia, nem as melhorias que poderiam trazer para a economia do reino.

A atuação político-educativa desempenhada pelo *Correio* junto às elites foi uma das molas mestres do movimento separatista por colocá-las a par das ideias e dos acontecimentos além-mar, de responder aos ataques das mais diversas procedências, inflamar o discurso, mostrar os motivos que levavam à insuficiência material do Reino e, fundamentalmente, desnudar a aristocracia portuguesa por mostrar-se despreparada para a função administrativa e ignorante diante das regras novas da economia mundial.

O aparecimento do *Correio* no alvorecer de um novo tempo para o Brasil expressou os anseios de uma época sequiosa por conhecimentos científicos mais elaborados e, no cenário das relações sociais e econômicas impostas ao Brasil pela metrópole portuguesa, significou uma porta aberta a um debate de qualidade como então a colônia ainda não havia presenciado; foi um farol a conduzir, desde o primeiro número, os brasileiros na luta pela afirmação de seus interesses e das exigências da burguesia europeia consolidada como sociedade dominante na Revolução de 1789.

Nesse sentido, ao definir por objetivo espalhar as luzes da civilidade e manter os brasileiros informados sobre os acontecimentos que importavam para a vida na colônia, de instruí-los sobre os debates que mais significavam ao capital, de escolher com apreço os temas e textos de que

trataria e transcreveria no jornal seguindo um plano estabelecido, cumpriu sua tarefa e se fez também responsável pela vinda da independência.

Todo o seu esforço se concentrou, portanto, em realizar na colônia-pátria o movimento peculiar ao período das luzes, ou seja, nela disseminar a importância de se adotarem as leis progressistas mostrando-lhes os seus benéficos resultados. Dessa feita, as ideias que defendeu nas páginas do *Correio* situavam-se no interior do debate entre as forças novas e velhas, na condição de aportes teóricos que propendiam a determinar os passos que os coloniais deveriam dar em nome do desenvolvimento material.

Ao utilizar a imprensa como meio de divulgação do novo já em prática na Europa, o jornalista do *Correio* quis torná-

lo consciente aos coloniais, tendo enorme participação na formação da intelectualidade brasileira das décadas seguintes e objeto de admiração e de estudos pela clareza e consistência de suas ideias até os dias de hoje.

Portanto, no quadro das ideias de Hipólito e da “vocação pedagógica” (PAULA, 2001, p.12) do *Correio*, exercida com zelo por autor e criatura, se confirmam um dos momentos ricos na construção do processo histórico da educação no Brasil. Acredita-se que nele esteja dada a possibilidade de extrair elementos para a história da educação, observando-se o que Maria de Lourdes Janotti (1977, p. 10) salienta a respeito da historiografia brasileira, isto é, a necessidade de “uma historiografia afinada com o problema histórico”, e não apenas descritiva dos fatos e acontecimentos.

## Referências

- BAHÉ, Marcos; LUCENA, Pierre. O noticioso e o doutrinário nos primeiros periódicos da imprensa brasileira, set/2008. *Blog Acerto de Contas*. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/artigos/o-noticioso-e-o-doutrinario-nos-primeiros-periodicos-da-imprensa-brasileira/>>. Acesso em: 17 ago. 2008.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena C. *A Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CHACON, Vamirech. O discurso político de Frei Caneca. In: *O Typhis pernambucano – Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.
- CINQUE, Fernanda Regina. *A educação no pensamento de Hipólito José da Costa: a ação pedagógica do Correio Braziliense no processo de independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERÁRIO. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2003. (Edição fac-similar). v. 1-29.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIEIRA, Cynthia Greive Veiga (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda. *Educação Elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977. (Ensaio, 31).

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821- 1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARSON, Isabel. *Posições políticas na imprensa pernambucana: 1842-1849*. São Paulo, 1974. Dissertação (Mestrado em Ciências - História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1794-1855)*. São Paulo: Cultrix: USP, 1977-78. v. II.

MELLO, José Marques de. *Incursões pioneiras de Hipólito da Costa no mundo da imprensa*, 2005. Rede Alfredo de Carvalho. Disponível em: <[www.almanaquedadacomunicação.com.br](http://www.almanaquedadacomunicação.com.br)>. Acesso em: 03 ago. 2009.

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates Tipográficos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, n. 1, jan./jun. 2008. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. p. 24-41.

MURASSE, Celina M. *O Auxiliador da Indústria Nacional e a educação*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia, GO. *Anais...* Goiânia: CBHE, 2006.

NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: sobre a origem do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro*. Campinas, SP: Alínea, 1988.

PAULA, Sérgio Góes de (Org. e Introd.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.

RODRIGUES, José Honório. *Independência - revolução e contra-revolução: a evolução política*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975. v. 1.

SAVIANI, Dermeval. *Breves considerações sobre fontes para a história da educação*. *Revista Histedbr*. On-line, n. 22, agosto, 2006.

SILVA, Ana Rosa Clozet da. *Consolidação da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas, SP: UNICAMP/Centro de Memória, 1999. (Coleção Tempo & Memória, n. 12)

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. *Manifesto político e exposição de princípios*. Brasília: UnB, 1978.

**Recebido em junho de 2013**

**Aprovado para publicação em outubro de 2013**